



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**ALOCUÇÃO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
E MINISTRO DA DEFESA E SEGURANÇA
KAY RALA XANANA GUSMÃO POR OCASIÃO DO TERCEIRO
DIÁLOGO INTERNACIONAL DE DEFESA DE JACARTA 2013**

“DEFESA E DIPLOMACIA NA REGIÃO ÁSIA-PACÍFICO”

**20 de Março de 2013
Jacarta, Indonésia**

Sua Excelência Sr. Susilo Bambang Yudhoyono, Presidente da Indonésia
Sua Excelência Sr. Purnomo Yusgiantoro, Ministro da Defesa da Indonésia
Sua Excelência Sr. Terje Rod-Larsen, Presidente do International Peace Institute

Excelências
Ministros dos vários países aqui presentes
Distintos Participantes e Chefes de Delegações

Senhoras e Senhores,

Venho, pela terceira vez consecutiva, com o mesmo prazer e entusiasmo, participar neste terceiro Diálogo Internacional de Defesa de Jacarta.

É para mim uma honra falar novamente neste DIDJ que é instrumental para a promoção da paz, da democracia, da segurança e do desenvolvimento na nossa região e para além dela.

Gostaria de agradecer ao Governo Indonésio e, em especial, ao meu caro amigo e Presidente, Susilo Bambang Yudhoyono, a cortesia e a calorosa hospitalidade concedidas a mim e à delegação de Timor-Leste.

Senhor Presidente, nunca é demais lembrar a nossa apreciação ao Governo e ao Povo indonésio que têm sido parceiros privilegiados de Timor-Leste. As relações de amizade e de cooperação entre os nossos dois países são das mais fortes entre os vizinhos da região e têm contribuído para o crescimento na nossa pequena nação.

E nós, timorenses, aqui nesta cidade vibrante que é o coração da vossa grande nação, sentimo-nos inteiramente em casa.

Também ao Instituto de Paz Internacional devemos uma palavra de apreço pelos incessantes esforços em prol da paz no mundo e por apoiarem a realização deste encontro.

Excelências
Senhoras e Senhores,

Congratulo o Governo da Indonésia por reunir, neste Diálogo Internacional de Defesa de Jacarta, especialistas de várias áreas e figuras-chave dos governos da região.

O primeiro destes Diálogos salientou a necessidade de transparência nas acções. O segundo, que decorreu no ano passado, tratou sobretudo que considerássemos perspectivas de “operações militares outras que não a guerra”.

Reconheço que as minhas intervenções anteriores tiveram um tom demasiado filosófico, não sugerindo acções concretas.

Neste terceiro Diálogo Internacional de Defesa de Jacarta é-nos pedido, a todos aqueles que são responsáveis pela área da defesa nos nossos respectivos países, que considerem dinâmicas mais estratégicas para influenciar positivamente as decisões políticas garantindo que estão em consonância com os esforços diplomáticos.

Têm-se realizado muitos debates e hoje compreendemos o espectro de possíveis ameaças e a grande variedade de desafios que nos são apresentados, hoje e no futuro, dos “choques económicos, às rápidas mudanças socioeconómicas, das variações demográficas, às alterações climáticas, da escassez de recursos, à degradação ambiental, do terrorismo, ao crime organizado transnacional à pirataria e aos conflitos latentes e emergentes”.

Recentemente, temos vindo a testemunhar um grande aumento do estabelecimento de importantes fóruns e a realização de sucessivas conferências, sobre temas cruciais como “paz, reconciliação, justiça e direitos humanos”, que demonstram uma preocupação colectiva sobre assuntos de importância regional e global.

O mundo, na realidade, enfrenta sérios problemas, inimagináveis mesmo no período de Guerra Fria.

Este novo Milénio trouxe consigo uma esperança baseada no compromisso com uma resposta rápida, apropriada e abrangente para reduzir a miséria que devastou uma grande parte da humanidade.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio foram aclamados, no silêncio do desespero de milhões de famílias, nos quatro cantos do globo. No entanto, hoje, a comunidade internacional entendeu que nem um Objectivo de Desenvolvimento do Milénio será alcançado pelos pobres que vivem e definham no drama doloroso da pobreza e do isolamento e que suportam a pressão da violência e do conflito.

Para piorar este cenário, a recessão mundial que tem vindo a afectar o velho continente, e mesmo os próprios Estados Unidos da América, coloca praticamente o mundo num caminho sem saída, onde uma solução rápida não pode ser encontrada. A ironia de tudo isto é que os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos são sempre julgados por más práticas de governação e gestão, enquanto os países desenvolvidos cometem actos mais graves de irresponsabilidade, com efeitos altamente nefastos que são prejudiciais para a vida dos seus próprios cidadãos e para a sobrevivência de centenas de milhões de pessoas subjugadas pela fome, pela miséria e por doenças e que, em muitos casos, são altamente ofensivos à integridade e à soberania dos países fracos e pobres.

A Primavera Árabe vai continuar a ser um processo longo e complexo para curar feridas, e para abrir caminho para uma mentalidade verdadeiramente democrática. As circunstâncias no Iraque e no Afeganistão estão a comprovar que resultam dos erros inaceitáveis de análise por parte dos grandes centros de poder, que pensavam que poderiam impor a paz e estabelecer a democracia através da guerra enquanto ajudam

a fomentar a desarmonia no tecido social das pessoas. África continua a estar ferida por dentro, no corpo e na mente, e aqui na Ásia enfrentamos todos os problemas que o terceiro DIDJ pede para serem abordados.

A região da Ásia-Pacífico é comentada pelos grandes e poderosos, pelos políticos e pelos economistas, pelos diplomatas e militares, e nos círculos financeiros e empresariais.

Nunca o futuro foi tão promissor para a região da Ásia-Pacífico, o que pode ser captado em parte pela expressão “bonita demais para ser realidade para todos” – e que este será o “Século Asiático”.

Na história do mundo, a civilização começou no Médio Oriente, que hoje é abalado pelas exigências do mundo global e padronizado em que vivemos e está a ser destruído por dentro.

O século asiático não vai dar mais valor à velha cultura milenar da China ou do Japão ou até mesmo da Índia, porque vai continuar a apresentar, num menu diário, os desafios que os organizadores do DIDJ têm tão inteligentemente sabido apresentar aos participantes.

Estes desafios devem merecer uma atenção especial, sobretudo dos actores políticos, de modo a que as decisões sejam tomadas respeitando os interesses de todos e não apenas os interesses dos ricos, dos grandes e dos poderosos.

É tempo das relações entre os Estados e os povos estarem baseadas no princípio da igualdade e no princípio da honestidade, uma condição indispensável para criar e aprofundar os laços de cooperação, fundada na confiança mútua e no respeito mútuo.

Não pode haver mais margem para os benefícios da tecnologia avançada serem apreciados apenas por uma minoria, e pior ainda, para o lucro ser feito a partir da fraqueza e inexperiência de outros países, com práticas enganosas usadas para extrair vantagens e alcançar a dominação através do roubo e da fraude, empurrando os países pequenos e subdesenvolvidos para uma dependência que é estabelecida de forma imoral e inaceitável nos tempos de hoje.

O mundo precisa de um novo paradigma, porque as leis do mercado são excessivamente susceptíveis à especulação, ao cálculo do lucro e à fraude da indústria financeira que levou a humanidade para o abismo da desgraça e levou centenas de milhões de pessoas ao desespero.

O mundo de hoje precisa de um novo paradigma, porque o sistema estabelecido – com raiz numa análise superficial que está a influenciar a forma como as decisões são tomadas para reduzir o sofrimento da humanidade e garantir um pequeno pedaço de dignidade a todo e qualquer ser humano – já deu provas, de acordo com minha mísera

interpretação, de ser pouco saudável e incapaz de garantir soluções sustentáveis a longo prazo.

Excelências
Senhoras e senhores,

O projecto comum de cooperação pacífica e de desenvolvimento na região Ásia-Pacífico continua, no entanto, na ordem do dia. A paz nesta região, associada aos persistentes desafios globais, continua a ser vulnerável.

Actualmente a interdependência dos esforços de todos os Estado do mundo é premente. Os Estados devem trabalhar juntos para proteger interesses regionais mas também globais e, como resultado, protegendo os seus próprios interesses nacionais.

Os desafios globais iminentes neste século incluem não só os já anteriormente mencionados, mas também as alterações climáticas e os desafios emergentes de segurança na área energética, alimentar e do recurso mais valioso da humanidade: a água!

As ameaças ambientais continuam a aumentar, dificultando as perspectivas legítimas de países emergentes e em vias de desenvolvimento, no que diz respeito aos seus recursos naturais. Na região do Pacífico, a própria sobrevivência natural de algumas ilhas-Estado está em causa, ameaçadas de se afundarem lentamente na imensidão do oceano, como é o caso de Kiribati, as Ilhas Marshall e Tuvalu.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para lançar uma mensagem, um apelo e um desafio para os países desenvolvidos que são as causas principais da tragédia da mudança climática. Esses países devem, por obrigação moral e política, assumir a responsabilidade e indemnizar, em compensação, os países que estão irremediavelmente condenados a desaparecer. E a decisão tem de ser tomada agora. Devemos agora pôr de lado a famosa ajuda dos “créditos de carbono” que é tão irrelevante e que ainda por cima depende da não produção de emissões pelos países pobres.

Apesar do vigor e optimismo, o crescimento sustentável da nossa região depende do desenvolvimento de uma cultura de cooperação e diálogo que aborde estes temas de uma forma séria e responsável e que não deixe para trás, numa perspectiva global, os cerca de 20 por cento da humanidade que vivem em nações frágeis e afectadas por conflitos.

O diálogo, a mais-valia da diplomacia, é a única arma que pode fazer face os problemas do nosso tempo.

Temos que salvaguardar um futuro de conflitos na procura de bens essenciais e evitar a disputa global pela sobrevivência, que deixará os países pobres mais pobres do que nunca e os países ricos mais cobiçosos e ávidos de recursos do que nunca.

O Pacífico é enorme e, acredito, rico em recursos naturais, que incluem uma fauna e uma flora marítima magnífica e reservas de petróleo e gás natural. Infelizmente, isto pode provocar uma tendência, que se tornou política nacional em alguns países, de injustiça e desonestidade nas relações de cooperação.

Também no momento em que assistimos à deslocação do eixo económico, político e militar para o Oceano Pacífico, torna-se cada vez mais prudente, sobretudo no contexto de defesa regional, a procura de entendimentos com os olhos postos no mar que levem ao desenvolvimento de mecanismos concertados de cooperação que dêem primazia à segurança marítima mas, acima de tudo, à segurança dos povos e Estados envolvidos ou interessados, independentemente do pequeno, frágil ou pobre que possam ser.

Por esta razão partilhar os desafios de segurança na nossa região contribui para melhorar a confiança estratégica entre os países da região. A China e os EUA são dois gigantes fundamentais para o desenvolvimento próspero e seguro da Ásia-Pacífico do nosso século, uma relação positiva e de cooperação entre estas duas grandes potências mais do que necessária para o desenvolvimento individual de cada uma delas, é um dever em nome do desenvolvimento de todas as nações da região. Como disse a ex-Secretária de Estado, Hillary Clinton, durante a sua visita a Díli no ano passado, a região da Ásia-Pacífico é suficientemente grande para receber todos aqueles que querem contribuir para o desenvolvimento da paz, da cooperação e da economia.

Nestas questões estratégicas e de desafios marítimos na região, a coexistência pacífica e a superação de divergências exige um esforço colectivo de cooperação em que a defesa dos interesses de uma parte não signifique a destruição quanto mais não seja das expectativas legítimas de desenvolvimento de outras. A diplomacia – juntamente com capacidades de defesa ponderadas – é fundamental para a preservação da paz e estabilidade, sempre que sustentada numa cooperação entre Estados que defenda os interesses genuínos dos povos e não os interesses económicos dos seus países e governantes.

Excelências
Senhoras e senhores,

A boa vontade e o esforço devem ser orientados para que na Ásia, à medida que as suas economias crescem, os gastos militares e a modernização das forças armadas com o foco na defesa nacional não substituam o primado do diálogo. E, que, com as novas lideranças na região, incluindo a China, o Japão, a Coreia do Sul e a Coreia do Norte, seja acomodada uma “nova diplomacia” que abra espaço para mais negociação e mais contactos, nomeadamente no que diz respeito às questões na península coreana, não esquecendo as tensões latentes no Mar do Sul da China ou as disputas

sobre as pequenas ilhas e as fronteiras marítimas que têm impacto em outras nações da região.

É urgente uma mudança corajosa de atitudes, por parte dos líderes mundiais. É também urgente uma mudança estrutural que, aborde as causas dos problemas e não apenas as suas consequências, a nível interno de cada Estado mas também a nível global.

Também o reforço do diálogo e contactos entre civilizações e entre religiões, sobre os princípios fundamentais que unem ou separam os povos do mundo, podem produzir entendimentos comuns sobre os problemas cruciais da humanidade. A eleição do novo Papa traz também uma nova esperança e uma nova confiança para o diálogo inter-religioso entre as duas maiores religiões do mundo – o Islão e o Cristianismo; para a tolerância e paz mundial.

As parcerias estratégicas para a promoção da paz e estabilidade podem, e devem, ir para além dos Estados. Temos que tentar evitar a atitude reactiva de estarmos apenas preparados para intervir em locais e regiões de conflito com um aparato de guerra dispendioso e dar antes lugar a consensos e entendimentos pragmáticos, sem ofender a dignidade do povo e a soberania nacional.

Um novo conceito de defesa global que seja pela promoção da Paz deve ser impregnado de um espírito de diplomacia que abranja não só as lideranças, mas todos os parceiros activos que representam os interesses dos Povos do mundo e que podem contribuir para o diálogo e para o reforço da cooperação inclusiva.

No mundo de hoje, a construção de confiança entre os países é um investimento mais importante e mais seguro do que a preparação para a guerra e esta deve ser a base das novas alianças estratégicas; até porque é certo e sabido que as guerras não constroem a paz!

Excelências
Senhoras e senhores,

Antes de terminar gostaria apenas de fazer uma menção final ao papel que Timor-Leste quer desempenhar no seio da ASEAN, considerando que este ano irei visitar a maioria destes países.

Neste xadrez geoestratégico da região do sudeste asiático, todas as peças contam. Mesmo as mais pequenas, mesmo que sejam apenas meros peões, com economias pequenas e populações reduzidas. Não tanto pela sua capacidade militar e capacidade de defesa, mas antes pela estabilidade que podem viabilizar à região, até porque todos sabemos que os principais agentes das ameaças não-convencionais, dos dias de hoje, são actores não estatais de países onde a pobreza e as desigualdades subsistem.

Timor-Leste, neste quadro alargado de segurança, desenvolvimento e democracia, com a sua adesão não irá só beneficiar da estabilidade regional que a ASEAN oferece mas também pode contribuir activamente.

A estabilidade regional não teria sido possível sem a formação de parcerias económicas, e também na área da defesa e segurança, empregando a diplomacia como uma arte para o desenvolvimento comum. Ainda que frágil, a estabilidade regional permitiu uma visão comum de paz e segurança que permitiram um crescimento ímpar nestas últimas décadas.

Várias organizações e fóruns regionais de discussão, onde o instrumento do diálogo é um denominador comum, foram-se consolidando e institucionalizando e, neste momento, mais do que reflectir sobre o futuro, estão a moldar o futuro. A ASEAN, a APEC, a ARF e, mais recentemente, o Bali Democracy Forum e o próprio Diálogo Internacional de Defesa de Jacarta, são bons exemplos.

Timor-Leste acompanha atentamente estes progressos e enquanto nação mais jovem da região, mas já com forte sentido regionalista, tem vindo a adoptar políticas públicas que encaixam neste quadro de desenvolvimento, começando, em primeiro lugar, por ter dado prioridade a políticas de reconciliação e promoção da segurança interna e estabilidade nacional.

Entretanto temos vindo a incrementar o processo de maturação democrática, pois sabemos que sem este não poderemos alcançar o nosso objectivo de desenvolvimento integral e inclusivo. Acreditamos que a democracia tem que ser um processo interno, de cada país, feita em consciência pelo povo de cada país, num processo que tem que ser contínuo e com respeito pelos tempos e ritmos necessários.

Os nossos progressos nesta última década não são espectaculares em número ou grandeza mas pelo reduzido espaço de tempo em que foram alcançados, especialmente para um país saído recentemente de uma situação de pós-conflito e com uma maioria pobre.

Ainda assim, temos razões para celebrar os nossos sucessos, desde as mais elevadas taxas de crescimento económico de todo o mundo, aos progressos a nível de desenvolvimento humano, na consolidação da paz e estabilidade e nas relações de amizade e parceria que temos com praticamente todos os países do mundo, numa política externa de zero inimigos. As nossas relações com os nossos gigantes países vizinhos são excelentes, temos laços de amizade privilegiados na África, Europa e América Latina, através da CPLP, o que também nos posiciona de forma confortável no espaço da União Europeia.

No relatório de 2013 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgado na passada quinta-feira, Timor-Leste subiu cinco posições, desde 2007, no índice de Desenvolvimento Humano, o que entre os países do Leste Asiático e do Pacífico regista o maior crescimento médio anual no índice, entre 2000 e 2012.

Nos últimos três anos, temos estado empenhados na liderança de uma nova causa para dar voz aos Estados frágeis e de pós-conflito de todo o mundo, partilhando experiências e desafios nos nossos processos de “Peace building and Statebuilding”, de forma a definir um roteiro seguro para os países com dificuldades em combater a inércia a que estavam sujeitos e de forma a rescrever a nossa própria história na senda do desenvolvimento, que até à data estava a ser escrita por outros que não os próprios donos dos problemas.

As agências de apoio internacional e as Nações Unidas continuam presos à ideia de que devem ditar o destino dos povos e não aceitam as nossas afirmações quando lhes dizemos que estão errados nas "suposições" que fazem acerca dos nossos países. Nós continuamos a ter dificuldade em chegar a um entendimento comum com os especialistas sobre a pobreza dos outros, que ainda têm que provar que a imensa quantidade de dinheiro que gastaram reduziu a miséria nem que seja numa pequena parte do mundo.

Esta causa inclui o processo de reformar as más práticas na ajuda ao desenvolvimento pelo nosso grupo de 18 nações, a que chamamos ‘g7+'. Neste grupo, temos também o orgulho de ter uma mulher timorense no Painel de Alto Nível da ONU a contribuir para a Agenda para o Desenvolvimento pós-2015 e realizámos no mês passado uma reunião em Díli sob o tema “Desenvolvimento para todos”, com a participação de 48 países, incluindo os países do g7+, os Países Africanos de Língua Portuguesa, cerca de 13 países do Pacífico e os nossos parceiros de desenvolvimento.

Finalmente, ainda este ano vamos apoiar a realização de um Conferência em Díli, a ser organizada pelo Conselho Asiático para a Paz e Reconciliação. O CAPR foi estabelecido em Setembro do ano passado, em Bangucoque, cujos membros fundadores são distintas personalidades da Ásia, incluindo o meu amigo José de Venecia, o ex-Vice-Presidente da Indonésia, Jusuf Kalla, e o nosso ex-Presidente da República, Dr. José Ramos-Horta, hoje RESG na Guiné-Bissau.

Cooperação para a paz e desenvolvimento, entendimento mútuo e negociação por via do diálogo e da diplomacia, são a melhor estratégia de defesa para as nações do mundo.

20 de Março de 2013
Kay Rala Xanana Gusmão